

A PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E A META 14 DO PNE 2014-2024: UM BALANÇO DA EXPANSÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS.

Euder Rodrigues de Carvalho
Universidade Estadual de Goiás – PPGE-UEG/Inhumas
euder.carvalho@ueg.br1
Renata Ramos da Silva Carvalho
Universidade Estadual de Goiás – PPGE-UEG/Inhumas
renata.ramos@ueg.br2

Esta pesquisa, em fase de desenvolvimento com o levantamento dos dados, tem por objetivo realizar um estudo sobre as características da expansão da pós-graduação *strico-sensu* no âmbito das Universidades Estaduais (UE) brasileiras durante a vigência do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), tendo como referência a meta 14 desse Plano. O estudo em pauta trata-se do objeto de pesquisa de uma dissertação de Mestrado que está em fase de desenvolvimento junto à linha de pesquisa de Trabalho, Estado e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, sediado na Unidade Universitária de Inhumas – PPGE-UEG/Inhumas e possui como problemática (em desenvolvimento) a seguinte questão: quais foram as características da expansão da pós-graduação *stricto-sensu* nas universidades estaduais brasileiras durante a vigência do PNE (2014-2024).

Entretanto, embora a Meta 14 represente um avanço no planejamento educacional, observa-se que o PNE carece de maior detalhamento quanto aos mecanismos de operacionalização dessa expansão, especialmente no que se refere à definição de responsabilidades entre as diferentes categorias administrativas de instituições de educação superior (IES). Tal lacuna torna

[1] Euder Rodrigues de Carvalho, formado em Administração, mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: euder.carvalho@ueg.br
[2] Renata Ramos da Silva Carvalho, professora orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: renata.ramos@ueg.br.

necessário investigar, de forma mais aprofundada, como se deu a expansão da pós-graduação stricto sensu ao longo do período de vigência do Plano, considerando as especificidades institucionais e as desigualdades regionais que historicamente caracterizam o sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, destaca-se a importância das universidades estaduais, que constituem um segmento relevante e heterogêneo no âmbito da educação superior pública. Essas instituições desempenham papel fundamental na interiorização do ensino superior e da pós-graduação, contribuindo para a democratização do acesso e para a redução das assimetrias regionais. Conforme Carvalho (2013), as IES estaduais estão distribuídas em quase todas as regiões do país, atuando tanto em capitais quanto em áreas interioranas, o que lhes confere potencial estratégico na ampliação da oferta de cursos de pós-graduação e na promoção do desenvolvimento regional.

As universidades estaduais brasileiras desempenham um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior e na interiorização da produção científica, especialmente em regiões onde a presença das universidades federais for limitada. Além de formarem profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, essas instituições têm atuado de maneira decisiva na consolidação e expansão da pós-graduação stricto sensu, oferecendo programas de mestrado e doutorado que contribuem para o desenvolvimento regional, a inclusão social e a valorização das realidades locais, uma vez que,

> Analisando o universo da educação superior pública brasileira, constatamos que as IES estaduais possuem uma importante participação no contexto da educação superior no Brasil. Nesse panorama, é importante considerar a participação destas, na geração de conhecimento, por meio dos programas de pós-graduação stricto sensu, e na oferta de vagas públicas em diferentes áreas do conhecimento e que se estendem por todo país. O Brasil dispõe de uma rede de IES estaduais, composta por faculdades, centros universitários e universidades, que atuam em capitais e regiões interioranas em todas as regiões do país e que atende a uma quantidade significativa de estudantes no segmento público. (Carvalho, 2013, p. 29).

Apesar de representarem parcela importante da oferta de educação superior no país, as universidades estaduais enfrentam desafios estruturais, orçamentários e políticos que podem comprometer sua capacidade de expansão na pós-graduação. Diante disso, torna-se necessário

investigar até que ponto essas instituições conseguiram contribuir para o cumprimento da meta 14 e quais disparidades regionais persistem no sistema nacional de pós-graduação.

Do ponto de vista histórico, a institucionalização da pós-graduação no Brasil remonta ao Parecer Sucupira, de 1965, que estruturou o sistema com base na distinção entre mestrado e doutorado, inspirado no modelo norte-americano. Apesar de sua relevância, a expansão da pós-graduação ocorreu de forma desigual, concentrando-se nas regiões Sudeste e Sul e, sobretudo, nas universidades federais. Esse padrão de concentração reforça a necessidade de valorização do papel das universidades estaduais como agentes de descentralização e interiorização da produção científica.

Contudo, conforme apontam Santos e Carvalho (2023) e Carvalho e Amaral (2020), as universidades estaduais enfrentam desafios significativos, especialmente no que se refere ao financiamento, à infraestrutura e à sustentabilidade de seus programas de pós-graduação. Em regiões como o Nordeste, por exemplo, observa-se que, embora tenha havido expansão da oferta, persistem desigualdades em relação a outras regiões do país, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais consistentes e articuladas que garantam não apenas a expansão, mas também a qualidade e a permanência dos programas.

Dados apresentados por Carvalho (2018) indicam que, em 2014, as universidades estaduais foram responsáveis por 23,5% dos títulos de mestrado e 32,7% dos títulos de doutorado no Brasil, demonstrando sua relevância no sistema nacional de pós-graduação. Todavia, tais dados também evidenciam a necessidade de atualização e aprofundamento das análises, especialmente ao longo da vigência do PNE (2014-2024), a fim de verificar em que medida essas instituições ampliaram sua participação e contribuíram efetivamente para o alcance da Meta 14.

Dessa forma, torna-se fundamental analisar a dinâmica de expansão da pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais como forma de compreender os limites e possibilidades do cumprimento da Meta 14.

Adicionalmente, considerando o tempo recente de encerramento da vigência do PNE (2014-2024), prorrogado até dezembro de 2025, torna-se ainda mais relevante a realização de balanços críticos que permitam avaliar o cumprimento de suas metas e estratégias. Tais análises

são essenciais para subsidiar o debate público e orientar a formulação de novas políticas educacionais, especialmente em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais.

Diante desse cenário, este estudo tem como questão-problema: qual o balanço da expansão da pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais brasileiras, considerando a Meta 14 do PNE (2014-2024)? O objetivo geral consiste em analisar a evolução dessa expansão nas universidades estaduais, tendo como referência os parâmetros estabelecidos pela referida meta. Como objetivos específicos, busca-se: (I) analisar a evolução da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais durante o período de vigência do PNE; (II) examinar a distribuição regional desses programas, destacando seu papel na interiorização da pós-graduação; e (III) avaliar a contribuição dessas instituições para o alcance dos indicadores previstos na Meta 14.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental, baseada na análise de dados secundários. Serão utilizados dados provenientes de bases institucionais, como a Capes e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com ênfase nos sistemas GeoCapes e Coleta Capes, permitindo a construção de um panorama analítico da expansão da pós-graduação no Brasil, com foco nas universidades estaduais. A análise será orientada por referenciais teóricos que discutem políticas educacionais, desigualdades estruturais, possibilitando uma interpretação crítica dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao.>. Meta 14. Acesso em 08 de fev. de 2024.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **O PNE E AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BRASILEIRAS: ASSIMETRIAS INSTITUCIONAIS, EXPANSÃO E FINANCIAMENTO**. Pg, 121. Disponível em: <



https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/574d9143-30cb-460b-8753-612aa07558b9/content>. Acesso em: 07 de fev. 2025

SANTOS, Priscila Pereira. **EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS ESTRATÉGIAS DA META 14 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024).** 2021, pg. 5. Disponível em:https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5253/4042>. Acesso em 07 de fev. de 2025.